

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - JORNALISMO
DISCIPLINA: PROJETOS EXPERIMENTAIS - JED 1401.

GRANDE REPORTAGEM

"TV EDUCATIVA EM SANTA CATARINA:
UMA EXPERIÊNCIA FRACASSADA?"

Aluno: Itamar Aguiar
Prof. Orientador: Airton Kanitz
Florianópolis/Agosto de 1983.

Í N D I C E

1. Relatório
2. Histórico
3. Grande Reportagem:
 - 3.1. Título
 - 3.2. Subtítulos (Entretítulos)
 - 3.2.1. A TVE Lacrada, longe dos olhares atentos
 - 3.2.2. Resistências às inovações
 - 3.2.3. Falsos preconceitos
 - 3.2.4. Circuito Fechado obtém sucesso
 - 3.2.5. Abertura à Iniciativa Privada
 - 3.2.6. GLOBO detém maior fatia do bolo da Teleeducação
 - 3.2.7. Falta de uma Política Nacional de Teleeducação conduz ao fracasso: TVE de Santa Catarina também foi vítima.

R E L A T Ó R I O

A grande reportagem teve por objetivos fazer um estudo crítico da introdução na educação das novas tecnologias de ensino, assim como a sua utilização; fazer um levantamento do funcionamento das Televisões Educativas existentes no país, que possibilitem avaliar a complexidade de funcionalidade e viabilidade técnica; fazer um levantamento dos equipamentos incluídos no projeto experimental da TV Educativa de Santa Catarina e sua posterior utilização após o cancelamento do projeto; incluir sugestões que possibilitem o estudo de um novo projeto de Televisão Educativa para Santa Catarina. Porém, dentre os quatro objetivos citados acima, somente se conseguiu analisar os fatos que envolveram a implantação do projeto da TV Educativa de Santa Catarina, o seu desenvolvimento e posterior cancelamento.

Discutiu-se, mesmo de maneira superficial, a introdução das inovações tecnológicas no ensino e sua repercussão na TVE de Santa Catarina. Tais fatores foram conseqüências de pesquisas efetuadas em materiais didáticos, jornais, revistas e entrevistas. Procurou-se destacar, fora dos objetivos propostos, a razão que ocasiona a inviabilização de projetos e iniciativas no setor de Teleeducação oficial, tanto nas universidades como nos Estados da União, enquanto isto se assiste a interferências cada vez mais acentuada - vide Projeto Globo de Teleeducação de 1º e 2º Grau - do setor privado na educação.

O Projeto acabou demonstrando um profundo desconhecimento em relação a esse tipo de avanço tecnológico, por parte de autoridades ligadas à educação, o que foi causa fundamental para o fechamento da TVE ainda na sua fase de experimentação. Todas as entre

vistas feitas, comprovaram que a experiência teve êxito e que Santa Catarina estava apta para ter seu primeiro canal de TV Educativa que iria atender inicialmente o ensino de 1º e 2º Graus. A inviabilidade do projeto está também relacionado ao preconceito de que a máquina poderia substituir ao homem, porém comprovou-se o contrário, ou seja, a importância do professor na iniciativa pioneira.

Através da pesquisa, conseguiu-se derrubar um outro argumento de que a TVE não poderia desenvolver um bom trabalho cultural/educativo, papel esse reservado para a iniciativa privada, como consequência da falta de verba e apoio oficial, segundo defendem os empresários.

Conforme foi proposto como objetivo, a checagem dos equipamentos da TVE, objeto de interesse do curso de jornalismo, foi comprovado então, através de fotografias, que esse equipamento estava completamente obsoleto para o uso.

Em face de diversos impedimentos na época, fevereiro de 1983, encontrados pela continuidade da pesquisa, achou-se por bem, pedir junto a Coordenadoria do Curso, através de seu coordenador prof. Cesar Orlando Valente, que recebêssemos o conceito I, o que foi devidamente atendido haja vista a plena compreensão das razões apresentadas. Sendo assim, foi concedido um novo prazo para a conclusão da pesquisa.

(1) Considerando o projeto Plano de Trabalho de 82, foi homologado em 1978 e regulamentado pelo Decreto nº 2.828 de 31/12/79.

(2) SANTA CATARINA, Secretaria de Educação. Plano Setorial de Educação 1973-1978. Projeto 04., Subprojeto 4.1., Vol. II, 1973.

Após os primeiros anos de implantação do Plano Estadual de Educação ⁽¹⁾ que introduziu mudanças significativas no Sistema Educacional de Santa Catarina, com a adoção dos avanços progressivos (que aboliu a reprovação no ensino de 1º Grau) e a extensão da obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos, surge em Santa Catarina o Plano Setorial de Educação 1973/1976 ⁽²⁾ e com ele o Projeto de Implantação da Televisão Educativa: a TVE catarinense inserida neste Plano sob o enfoque de inovação metodológica no ensino, foi projetada como instrumento tecnológico mais eficiente para aumentar o rendimento e a eficácia do sistema educacional. Em consonância com a política educacional da época, a TVE foi concebida ideologicamente como um instrumento promissor à serviço de uma educação voltada para o progresso econômico, social e tecnológico.

Em função ~~deste acordo com o MEC~~ ^{DO ACORDO MEC/USAID O GOVERNO} introduziu no seu Plano Educacional, projetos tecnológicos (no caso de SC. a TVE), que forçaram a dispendir vultosas quantias em recursos materiais e humanos altamente sofisticados. Com isto o Governo brasileiro se comprometia, pelo acordo, a comprar equipamentos, dentre outros compromissos, dos americanos, em troca do fornecimento de financiamentos e assistência técnica.

Sobre esse acordo, o atual Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro e idealizador da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, assim se referiu em seu livro "Um B: Invenção e Descaminho", publicado em 1978, quando comenta a invasão da USAID na educa

(1) Considerado o primeiro Plano de Educação de SC., foi implantado em 1970 e regulamentado pelo Decreto nº 8.828 de 31/12/69.

(2) SANTA CATARINA, Secretaria de Educação. Plano Setorial de Educação 1973-1976. Projeto 04., Subprojeto 4.1., Vol. II, 1972.

ção brasileira via universidades: "(...) com a entrega da condução da política universitária brasileira através de acordos internacionais secretos a uma equipe acadêmico-policial norte-americana que jamais seria recebida em audiência nas universidades de seu País. Estamos já, então, no reino tenebroso da recolonização cultural em que um mesmo órgão estrangeiro (USAID) financia e promove no Brasil tanto o treinamento dos torturadores como a reforma da universidade". Coincidentemente este período marca o desenvolvimento econômico em Santa Catarina e o sistema educacional deve atuar no sentido de formar recursos humanos necessários a este desenvolvimento. É quando se dá uma ênfase maior para o ensino de 2º Grau. E a TVE aparece justamente na linha de expansão do ensino de 2º Grau. Uma contradição, se pensarmos em termos de continuidade do 1º Plano Estadual de Educação/69, que previa uma expansão do ensino de 1º Grau, e, ao contrário do que pretendia justificar a Secretaria da Educação, a implementação da TVE serviu principalmente para atender a uma exigência do acordo MEC/USAID, e não para atender uma inovação no ensino brasileiro, com a aplicação de novas tecnologias.

A Secretaria Estadual de Educação procurava justificar a implantação da Televisão Educativa, incluído no projeto de "Inovações Metodológicas e Melhoria Quantitativa do Sistema Educacional, considerando que a televisão representava um dos mais promissores veículos de comunicação. Além disso, poder ampliar a atuação

Sobre a compra de equipamento não americano, em SC. houve necessidade de pedir dispensa oficial para aquisição de equipamentos japoneses por ter sido o mais indicado no processo de licitação realizada.

ção de melhores professores, colocando-os ao alcance de maior número de alunos. Ter grande poder de multiplicação e abrangência. Com este objetivo, em janeiro de 1973 foi constituído o grupo de trabalho formado por técnicos especializados em teleducação, da própria Secretaria. Eles estavam vinculados ao Serviço de Teleducação da Secretaria da Educação, com a finalidade de detalhar o Projeto 4, constante do Plano Setorial de Educação, referente a implantação da Televisão Educativa em Santa Catarina.

Este grupo, com uma preocupação voltada essencialmente para a melhoria da qualidade do ensino procurou integrar a televisão como elemento auxiliar do trabalho dos professores, para complementar e/ou substituir a estrutura convencional do ensino e também para proporcionar educação escolar, a nível de 2º Grau.

Implantada inicialmente em Circuito Fechado a TVE teve sua experiência piloto no Instituto Estadual de Educação, por ser considerada a Escola-Padrão do Estado. Ou seja, que apresentava as condições adequadas e pessoal docente habilitado para a realização do experimento no processo de ensino-aprendizagem.

Dentre as áreas de atendimento do ensino de 2º Grau mais carente para a TVE atuar, optou-se pela área de Ciências, já que nesta área era constatada o menor índice de aproveitamento escolar.

A experiência em Circuito Fechado de TVE, prevista para o período 1974/1976 pretendia verificar a viabilidade de TVE, antes de lançar em canal aberto através de uma experiência com atendimento em escala menor, onde tornaria possível uma avaliação contínua dos recursos materiais e humanos empregados e de produção realizada.

Por outro lado, o projeto previa ampliação e o

seu redimensionamento de acordo com as necessidades, sendo que não se fixaria época para operação em circuito aberto, o que dependeria do êxito e da eficácia do empreendimento.

Com esta preocupação o grupo de trabalho de implantação da TVE, planejou o Circuito Fechado de Televisão Educativa - (CFTVE) nos anos de 1972/1973. Em 1974 foram executadas as atividades de adequação de espaço físico, compra e instalação de equipamentos que garantiriam o funcionamento do CFTVE no início de 1975.

O CFTVE teve seu início de funcionamento em 8 de março de 1975, quando foi inaugurada pelo então Governador Colombo Machado Salles e seu Secretário da Educação o professor Paulo Henrique Blasi. Durante o primeiro semestre foram realizados: convênios com entidades de teleducação; testagem dos aparelhos; treinamentos de pessoal para atuarem nas áreas de programação, produção e recepção de TV e de operação técnica dos equipamentos; produção de programas e pré-teste operacional que garantiriam no 2º semestre a recepção dos programas em salas de aulas.

Os recursos para a implantação do Projeto, segundo previa o Plano Setorial de Educação, seria captado através do Governo do Estado e do Fundo Especial para o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino pelos convênios celebrados entre a União e Governo do Estado de Santa Catarina.

Este grupo foi extinto em 5 de junho de 1974 e transformado em Comissão Especial de TVE pela Portaria E/NO51. Esta comissão vinculada à Secretaria de Educação tinha como função administrar o CFTVE até 1976.

Por isso, foi assinado em 10 de abril de 1974, o convênio entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEM) e a Secretaria da Educação de SC., com interverniência do Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) do MEC. Pelo Termo de Convênio, o Projeto era dividido em duas etapas, sendo a primeira de implementação, cuja duração estimada era de 10 de abril de 1974 a 31 de dezembro de 1974; e a segunda, denominada de implantação, que iria de 2 de janeiro de 1975 a 31 de dezembro de 1976. Os recursos, da ordem de Cr\$ 2.252.22,00, foram distribuídos em 4 parcelas. Em função das obrigações do Estado, fixados no Termo de Convênio, foi assinado o Termo Aditivo nº 1, que trata da inclusão de Recursos Financeiros para custear 100 por cento da remuneração de pessoal, bem como da manutenção adequada das instalações da Televisão Educativa.

Em 15 de março de 1975 assume como Governador do Estado, nomeado, Antônio Carlos Konder Reis e na pasta da Educação, Salomão Ribas Júnior, e a TVE que já se encontrava funcionando no IEE, na opinião do pessoal do CFTVE "não foi olhada com bons olhos pelos novos dirigentes". E a equipe que até então recebeu todas as atenções por parte da Secretaria, passou a ser discriminada, tendo a sua atuação junto a SE cada vez mais limitada.

Sem o apoio da SE e do próprio IEE, o CFTVE conseguiu, apesar de tudo, resistir até o ano de 1976 (término do Convênio) graças a ajuda dos órgãos do MEC, PREMEM e PRONTEL das emissoras de televisões locais e do esforço do pessoal da equipe.

A resistência da SE ao projeto TVE ficou claramente evidenciado nas entrevistas realizadas pela imprensa⁽⁵⁾ na época.

(5) Ver edição EDUCAÇÃO/ especial de O Estado de 12 de abril de 1976, "Numa sala de aula, uma TV ajuda o professor".

ca em que o Secretário se colocava temeroso em relação ao processo, receoso de que a TVE viesse substituir os professores em sala de aula. Esta posição foi confirmada em entrevista em fevereiro de 83, na qual o ex-secretário, hoje deputado estadual, afirma que "os professores do IEE não aceitariam a inovação da televisão, que poderia até, ocupar seus lugares". Fato desmentido mais tarde, quando vários professores do IEE foram contratados para trabalhar no projeto.

Isso demonstra a falta de informação à respeito do trabalho que estava sendo desenvolvido no CFTVE ou uma justificativa sem consistência prática e teórica, para acabar com um projeto inovador que começou a brotar em Santa Catarina. Como sendo "a Revolução em sala de aula"⁽⁶⁾. O que na opinião da equipe, a preparação de uma aula para apresentar através da TV, ao contrário do que acontece com uma aula tradicional, onde o professor faz tudo sozinho -prepara, representa e verifica a aprendizagem-, na TVE a aula ganha obrigatoriamente nova dimensão, pois para executar esse trabalho existe uma equipe formada de professores (equipe de produção do CFTVE).

Ao invés de ser feita apenas por um professor, é planejada, executada e analisada por essa equipe que, por sua vez, é assessorada pela coordenação pedagógica. Depois de tudo isso é que a aula vai ser gravada em video-tape para ser passada aos alunos.

As equipes de produção é integrada por um programador, 3 produtores (...) e um assistente de produção"⁽⁷⁾.

(6) Cf. artigo de Revista de APT - Associação Brasileira de Teleeducação.

(7) Op. Cit. EDUCAÇÃO/especial. O Estado pág. 4.

Estes dados não foram suficientes para que o Secretário Salomão Ribas Júnior desse critério à equipe. E em janeiro de 1977 cerrou as portas do CFTVE, e ignorando as pessoas que idealizavam um grande trabalho para a educação de SC, constituiu uma nova equipe⁽⁸⁾, que a denominou de "avaliação e planejamento", que até julho de 1977 tratou de fazer um balanço dos resultados alcançados na etapa inicial de funcionamento do CFTVE. O trabalho desta comissão jamais fora concluído, as equipes extintas e o projeto posto no esquecimento.

Com a nomeação de Salomão Ribas Júnior para a Casa Civil assume ainda em 1977, a Secretaria da Educação, o professor Márcio Moraes, engenheiro e entendido em TV resolve colocar a TVE em funcionamento sob a direção de um amigo que por cuidar de uma torre de TV em Joinville foi considerado a pessoa adequada para prosseguir o Projeto de ampliação da TVE em SC.

Sem a equipe de produção e com apenas dois técnicos do setor de operação da equipe anterior, tentou-se manter as aparências do CFTVE, obtendo-se inclusive recursos do MEC para a sua continuidade. Com uma equipe totalmente despreparada foi impossível manter o CFTVE funcionando mesmo dentro dos objetivos da SE - que fazia tomadas (filmagens) exteriores nos eventos de inauguração de obras dos senhores Governador e Secretário.

A partir do momento que os equipamentos passaram a ser manuseados por pessoas não qualificadas, o CFTVE, pela falta

(8) Cf. depoimentos do pessoal treinado para o CFTVE. Esta equipe foi composta por elementos da SE e do IEE completamente alheios às áreas de TVE e de avaliação.

de uso e manutenção constante, caiu no processo de degradação. Embora, hoje, fechado a 7 chaves, sabe-se que o material que ainda resta (parte dele desvituado para outros interesses que não educacional), está sem condições de operar.

Após a entrega oficial do CFTVE e em perfeito estado de funcionamento e conservação, com todos os seus bens móveis de caráter permanentes, em maio de 1977, pela Comissão Especial da TVE, sempre houve desconfiança em relação a destinação e condições de uso dos equipamentos. Ou seja, temia-se que não estivessem mais no IEE. Falavam em desvio ilícito. Inclusive, chegou a ser realizado um inquérito administrativo para apurar responsabilidades. Isso já em junho de 1980.

Em 1982, houve nova suspeita de desvio de equipamentos de áudio da CFTVE. As denúncias recaíram sobre o Chefe da Casa Civil do Governo Jorge Konder Bornhausen, o ex-deputado estadual, Nereu Ghidi. Ele havia comprado a emissora Rádio Jornal a Verdade do Estreito. O objetivo era utilizar a emissora como cabo eleitoral de sua candidatura a deputado estadual nas eleições de novembro de 82. Desse modo suspeitava-se que havia instalado o equipamento de áudio em sua nova emissora.

Foram checados todos os equipamentos da rádio. Inclusive através de fotografias. Mas nada foi constatado. Ou seja, não havia nenhum equipamento de som do tipo utilizado pela CFTVE.

Indagados a respeito, os funcionários da rádio disseram que Nereu Ghidi havia prometido ampliar e modernizar a emissora, o que jamais ocorreu na prática. Eles afirmaram que o Chefe da Casa Civil ficou pouco tempo na direção da Jornal A Verdade.

Sobre o inquérito administrativo pouco se sabe. Uma

vez que ele se encontra nas mãos do diretor administrativo, Sr. Hálío Rodolfo, que afirmou também em entrevista na ocasião, que "nada se apurou com o processo", embora afirmasse categoricamente que "se trata de matéria sigilosa". E comprovou onde se encontrava, então, a mesa de som, ou seja, na gráfica da SE. Em uma pequena sala, em cima de uma mesa, se encontrava o equipamento de áudio intacto. Ele ainda chegou a justificar acerca da permanência do equipamento naquele local, dizendo que "estava em reparos".

O curso de Jornalismo da UFSC tentou por várias vezes trazer todo o equipamento do CFTVE para o Campus Universitário. A primeira tentativa ocorreu no início de 1980, quando uma comissão de quatro alunos, juntamente com o então coordenador do curso, o professor e jornalista Moacir Pereira, estiveram com o Governador Jorge Bornhausen. Houve a promessa do Governador no sentido de transferir para o curso de Jornalismo todo o material da TVE. Novas gestões se sucederam. Juntamente com o apoio do Núcleo de Apoio Instrucional (NAI) da UFSC. Falou-se até na assinatura de um Termo de Convênio entre a UFSC e a SE.

Ainda em 82, no final do ano, o novo coordenador do Curso de Jornalismo, professor César Valente e o professor Paulo Brito mantiveram novo contato com a direção do IEE, que através de seu diretor, professor Ney Cláudio Viegas manifestou certo interesse em ceder todos os equipamentos do CFTVE. Embora afirmasse que dependeria de autorização da SE, a quem estava subordinado. Chegou, inclusive, a dizer que queria "livrar-se" dos equipamentos para usar o espaço físico do CFTVE como salas de aulas, já que havia déficit de espaço para as atividades discentes.

E, finalmente; no mês de maio de 1983, uma equipe chefiada por um engenheiro da TV Executiva da Telesc, em nome

da UFSC, realizou uma avaliação minuciosa dos equipamentos do CFTVE, no IEE, chegando a conclusão melancólica da sua impossibilidade de reaproveitamento em virtude de os equipamentos estarem ultrapassados, completamente obsoletos para uso. Não sendo, portanto, recomendável a sua transferência para o Curso de Comunicação, já que era completamente inviável a sua ampliação, e muitos dos equipamentos encontravam-se danificados. Fato que levou o Curso de Jornalismo a desistir definitivamente da idéia.

B I B L I O G R A F I A

EDUCAÇÃO e Imperialismo no Brasil. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, (7): 5-52, set. 1980.

CRÍTICA da racionalidade e reavaliação da tecnologia. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, (7): 63-88, set. 1980.

SOCIALIZAÇÃO e trabalho - Escola e produção capitalista. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, (7): 141-57, set. 1980.

TELEVISÃO educativa; uma nova e arrojada aventura. São Paulo, Cultrix, s.d.

TELEVISÃO e capitalismo no Brasil; com dados de pesquisa da ABEPEC. Porto Alegre, L e PM, 1982. p.196.

AGUIAR, Wilson A. TV didática. s.l., Ebrasa, s.d.

A NOVA ordem da informática. Cadernos do terceiro mundo, (68): 21-54.

MINUTA do relatório final do grupo de trabalho para estudos da instalação de uma emissora de radiodifusão sonora em onda média e formulação de uma política de radiodifusão para a UFSC. Florianópolis, 1979.

A ESTRATÉGIA "global" para dominar o ensino no Brasil. Pasquim, Rio de Janeiro, 7/13 abr. 1983. p.14 e 15.

O MAIOR assaltante de Bancos do Brasil. Pasquim, Rio de Janeiro, 23/29 jun. 1983. p.16 e 17.

LAGE, Nilson. "Quanto custa o "telecurso mais barato do mundo". Cocjornal, Porto Alegre, ago. 1981. p.11.

"SODRÉ: Política na TV Cultura vai acabar". Jornal da Tarde, São Paulo, 15 jun. 1982.

REITOR da UnB defende o projeto supletivo. Jornal do Brasil,
Rio de Janeiro, 4 abr. 1983. Caderno de Cidade Nacional.

O GLOBO poderá monopolizar teleducação. Folha de São Paulo,
São Paulo, 17 abr. 1983. Caderno Nacional.

"APESAR de todas as dificuldades, ensino pelo rádio nas favelas
alcança êxito". Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 18 set. 1982.

"MEC aprova investimento de 10 milhões de dólares para a área de
teleducação". Correio do Povo, Porto Alegre, 30 jan. 1983.

"TVE relança aulas com novo nome para evitar desperdício". Jornal
do Brasil, Rio de Janeiro, 11 abr. 1983.

TV Globo disputa em gabinetes teleducação com TVE. Jornal do
Brasil, Rio de Janeiro, 3 abr. 1983: Caderno primeiro.

CFE vê em junho as modificações na teleducação. Jornal do Brasil,
Rio de Janeiro, 12 maio 1983.

MENDONÇA, Valéria de. TVE-MG, uma novela fora do ar. Primeira
Página, Belo Horizonte, jun. 1982. p.10.

FLIM plim em nós - a rede globo defende as multis e o regime
militar. Lutas da Maioria, Florianópolis, nov./dez. 1983.
p.12.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. 22 jul. 1977. p.13-14.

TECNOLOGIA Educacional. V.XI, nº 47, jul./ago. 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - JORNALISMO
DISCIPLINA: PROJETOS EXPERIMENTAIS - JED 1401.

GRANDE REPORTAGEM

"TV EDUCATIVA EM SANTA CATARINA:
UMA EXPERIÊNCIA FRACASSADA?"

Aluno: Itamar Aguiar
Prof. Orientador: Ailton Kanitz
Florianópolis/Agosto de 1983.

"Eu conheço aquele fotógrafo. Vocês não podem deixar essas fotos virem a público. O Secretário confiou em vocês abrindo as portas da TVE. Vocês não podem mostrar o que viram". O apelo dramático feito pelo Diretor Administrativo da Secretaria de Educação, Hélio Rodolfo, foi o primeiro sinal evidente que encontrei para se demonstrar nessa reportagem, as marchas e contramarchas daquela que poderia se tornar em um importante fator na educação catarinense - ou seja, a implantação da TV Educativa Canal 2, instalada no colégio estadual, tido como escola modelo: o Instituto Estadual de Educação (IEE).

Mas, depois de entrevistar dezenas de pessoas, pesquisar jornais e revistas e ter contato com os equipamentos empoeirados da Tve Educativa, uma constatação: foram gastos , para a execução de um projeto que sequer conseguiu sair da fase de experimentos.

Tal fato, estimulou ainda mais na descoberta das verdadeiras causas do insucesso do empreendimento. Algumas delas contraditórias. E demonstrar algumas das razões que explicam porque qualquer obra pública, e portanto de interesse social, é deixada de lado. Em contrapartida, é dispensado melhor sorte ao plano privado. Como foi possível pingar em declarações de empresários, a exemplo do Sr. Roberto Marinho, o todo poderoso das Organizações Globo de Televisão, e da insensibilidade, nem sempre indesejada, de alguns de nossos dirigentes estaduais no campo da educação.

A TVE LACRADA, LONGE DOS OLHARES ATENTOS

Fevereiro de 83. O carro oficial da Secretaria Estadual de Educação nos conduz até o Instituto Estadual de Educação a algumas quadras da Secretaria. O Sr. Hélio Rodolfo fica em pouco constrangido com a presença do fotógrafo James Tavares, do Jornal de Santa Catarina. Procuo lhe acalmar. "As fotos são somente para arquivo", afirmo.

Chegamos até as dependências do Circuito Fechado de Televisão Educativa. Próximo as salas, pode-se ver a antena ao alto. O fotógrafo começa a trabalhar. Hélio Rodolfo diz insistentemente para que não publiquemos as fotos.

Depois de passados quase sete anos, o temor do diretor administrativo da Secretaria de Educação, pode parecer natural. Mas para quem não aceita o uso displicente do dinheiro público, não é nada natural que , o equivalente a em mesas de som, iluminação, câma

ras, enfim, um estúdio compelto -estejam enferrujando debaixo da poeira de quatro salas completamente trancadas no Instituto Estadual de Educação, apenas a alguns metros da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, desde que foi enterrada a Tevê Educativa do Estado, em 1977.

Mantendo à distância todos que se aproximam dos estúdios há muito lacrados, Hélio Rodolfo afirma categoricamente que o próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) não tem "interesse nas televisões educativas. Segundo o diretor administrativo da Secretaria de Educação, a única Tevê Educativa que deu certo foi a TVE do Rio de Janeiro, porque transmite "futebol em sua programação".

Para ele, deveria haver uma maior participação da televisão comercial na veiculação de programas educativos -refere-se ao campo do ensino-aprendizagem. E cita o caso da Globo: "A Globo tem maior força para veicular coisas desse tipo", enfatiza.

Este mesmo pensamento parece ser compartilhado pelo deputado estadual do PDS e ex-Secretário da Educação, Salomão Ribas Júnior, apontado, como em vários depoimentos, principal responsável pelo fechamento da Tevê Educativa Catarinense.

Para ele, em virtude "da impossibilidade da existência de um sistema nacional de teleducação" -que chama de sistema nacional de comunicação educativa- a Globo foi obrigada a preencher este espaço. "Não está errado, pois até acho isso interessante".

É essa concepção, na verdade, que orientou os passos de Salomão Ribas Júnior a frente da pasta da Educação. E aqui cabe abrir um parêntesis para demonstrar de que forma tais concepções podem justificar a intervenção do setor privado na educação, mais especificamente o caso da Rede Globo de Televisão.

RESISTÊNCIAS ÀS INOVAÇÕES

"Mas, qual a diferença fundamental em você ter uma programação alienante e você não ter programação nenhuma?, indagava sorridente o ex-Secretário da Educação Catarinense, em fevereiro deste ano, dia em que tomava posse de seu luxuoso gabinete na Assembléia Legislativa, ao comentar sobre a importância da TV Educativa para o Estado, em contrapartida aos interesses da televisão comercial.

Para Salomão Ribas Júnior, a idéia da TVE em Santa Ca

tarina, que nasceu em 1975 e foi sepultada em 1977, "não daria certo mesmo". Ele acha que há muito "apelo" à novidade, e considera muito difícil transpor as barreiras do "formalismo escolar -tão sedimentadas" no ensino brasileiro e catarinense".

Prefere, diz ele, a escola tradicional. Aquela que dá nota de bom comportamento e expede certificado. E acrescenta Salomão: "você não vence as dificuldades culturais que se sedimentam ao longo do tempo, com um projeto de TV Educativa". "Não se pode pensar "ingenuamente", que um projeto desses vá resolver os problemas no campo educacional". Logicamente, nem esse era o pensamento de todo o pessoal envolvido, muito menos refletia o pensamento da própria Secretaria da Educação, que foi quem solicitou a elaboração do Projeto. Segundo o ex-Secretário da Educação e coordenador atual do Curso de Pós-Graduação de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina e principal incentivador da TV Educativa, professor Paulo Henrique Blasi, "houve um interesse muito grande da Secretaria em se utilizar um meio como a televisão para atingir a massa daqueles que necessitavam da Educação. E que jamais tiveram oportunidade de estudar".

Diz Paulo Blasi que o projeto era mais "ambicioso", já que pretendia numa etapa posterior ao Circuito Fechado, ter uma abrangência sobre todo o Estado. A nível de Circuito Aberto de televisão. Nos dois primeiros anos seria apenas a parte de experiências em Circuito Fechado, no Instituto Estadual de Educação, onde foi instalado o centro de produções. "Se pretendia na ocasião atingir com a utilização da televisão, um número maior de alunos, com a finalidade de se suprir deficiências no ensino formal".

Relembrou as resistências contra a idéia, ao dizer que toda a vez que há uma tentativa de inovação na área da educação, começa a surgir o empasse, as "críticas maldosas, e sem significação".

Como por exemplo as levantadas pelo próprio deputado Salomão Ribas Júnior, de que "não havia técnicos disponíveis". Salomão irrita-se quando é lembrado que as equipes que trabalhavam no projeto experimental, em Circuito Fechado, no Instituto Estadual de Educação, recebiam treinamento especializado ministrado por diversas entidades nacionais ligadas ao setor. Quem desmente o ex-Secretário da Educação, é a atual técnica de pesquisa da Secretaria e ex-Coordenadora do Circuito Fechado de Televisão Educativa de Santa Catarina (CFTVE), professora Zenir Maria Koch. "Nós envolvemos professores e alunos do IEE, dentro de uma linha bastante participativa. Dentro de

um espírito democrático". Isso possibilitou, segundo Zenir Koch, "realizar um projeto de TV Educativa essencialmente nosso, extremamente inovador". "Este experimento só poderia iniciar em proporções menores, à medida que tivéssemos uma experiência anterior com a proporção de pessoal e visse que a experiência poderia dar certo", -diz ela. A partir daí, então, se pretendia "expandir" o projeto a partir de 1977, quando passaria para Circuito Aberto. E foi pensando nessa possibilidade, conta Zenir, "que foram treinadas as equipes técnicas de produção, de programação e professores para atuarem em sala de aula".

O projeto, de início, utilizou professores da própria Secretaria, que já faziam parte dos serviços de teleeducação do MEC, atuando nos chamados telepostos e radiopostos; nos programas transmitidos pela Fundação Padre Anchieta e pelo Projeto Minerva. O Ministério das Comunicações já havia liberado, inclusive, um canal para colocar no ar a TVE de Santa Catarina, e foi pensando nisso, que "montamos uma equipe superior a que era necessária na fase de experimentação", diz Zenir. "Da mesma forma como a nossa realidade é diferente da realidade dos outros estados -nós montamos um projeto de treinamento de acordo com aquilo que nós precisávamos e solicitamos os especialistas de várias instituições de acordo com as nossas necessidades".

FALSOS PRECONCEITOS

Além de Salomão, o próprio diretor do Instituto Estadual de Educação na época professor Caetano Fachini, pródigo em opiniões a respeito da Tve Educativa, ainda que seu papel se resumisse apenas a ceder o Instituto para as experiências, tomou outro caminho para chegar as mesmas conclusões de Salomão Ribas: "Nós estamos dando um alto status a um aparelho, que nem sempre pode nos trazer bem estar maior. Às vezes, esse status que nós damos à TV, indiscriminadamente, nos seus aspectos de mensagem de base, com isso, podemos estar abrigando dentro de nós alguma coisa nefasta". Comparando a TVE com o próprio demônio, Fachini jogou os professores e estudantes do Instituto contra a TV Educativa.

Entre os professores, Fachini, alimentou a idéia de que a televisão iria substituí-los -"de repente, nós estamos diante de uma rede de 500 mil televisores, numa sala de aula, e dispensa-se certamente um pessoal mais preparado dentro da área específica e passa-se a registrar todo esse conteúdo maquinalmente através de uma TV".

O ex-diretor do IEE chegou a dizer que "nem as crianças nem os adultos estão preparados para uma sistematização a nível de aprendizagem com o processo de avaliação-ensino, via televisão".

Afirmou também que "não teria havido um resultado julgado significativo de diferenciação no aspecto de assimilação de conteúdo por parte dos alunos". Fato esse, desmentido pelos alunos.

O professor Wilson A. Aguiar, em seu livro intitulado TV Didática, na parte introdutória, responde ao professor Fachini da seguinte forma: "Temor que encontra a sua justificação na experiência nacional, fruto dos erros e desvirtuamentos técnicos, da ausência de conhecimentos profissionais de muitos dos produtores de comunicações didáticas, montadas como se fossem aulas tradicionais e transmitidas em canal errado -dirigida a uma audiência indefinida- que correu este País de norte a sul, impressionando negativamente os responsáveis pela administração educacional brasileira, principalmente nos Estados. Do contrário, teses já superadas há mais de dez anos, qual seja a validade da televisão de transferir eficazmente, informações instrutivas, não teriam sido exumadas".

Ele faz outra colocação em seu livro, que torna a sua argumentação mais clara: "O que se receia, é que a falta de melhor critério leve este País à conclusão de que a televisão, embora utilizada por outras nações com excepcionais resultados e como um real, eficiente e efetivo meio de difusão cultural e de ensino, "não deu certo no Brasil". O que se receia é que a televisão, que poderia ser a chave da solução dos mais relevantes problemas que impedem o desenvolvimento nacional seja, por fim, abandonada, desmoralizada como tal e siga, como até aqui vem sendo, um veículo transmissor de entretenimento e de mensagens comerciais e nunca chegue à sala de aula".

Sobre o temor persistente levantado pelo professor Fachini -a tevê pode substituir o professor- Wilson A. Aguiar, no capítulo V, de "TV Didática", a cerca do professor na televisão, esclarece -"(...) é perfeitamente sentido, principalmente dos que não estão muito seguros do trabalho que realizam, é que pressentem na televisão um concorrente capaz de lhes tirar o emprego. Aliás esse fenômeno, não é uma peculiaridade brasileira. O mesmo aconteceu nos Estados Unidos, Inglaterra, Japão, França e em muitos outros países, há mais de dez anos, quando se tentava introduzir a televisão na sala de aula". Segundo o professor "em alguns países, como na França, por exemplo, os professores do interior chegaram mesmo a promover mobilização de suas associações de classe, visando a realização de movimentos "em

defesa do profissional". Ele conclui: "Pouco tempo depois, esse falso conceito foi desaparecendo à medida que o processo televisivo de transferência de conhecimento se foi tornando familiar e sendo reconhecido pelos professores como um meio que, em vez de lhes afastar de suas funções, abria maior campo de trabalho".

CIRCUITO FECHADO OBTÉM SUCESSO

Havia recursos para a implantação da TVE catarinense? O próprio Salomão Ribas apressa-se em responder. Diz ele - "dinheiro não era problema". Embora o ex-diretor do Instituto Estadual de Educação tratasse de espelhar pelos corredores da tevê "que era um projeto caro". Segundo Salomão Ribas "seria até possível você pensar em dinheiro, desde que você tivesse um projeto viável".

A ex-coordenadora do Circuito Fechado, Zenir Koch, afirmou que em virtude de posições pessoais, até hoje infundadas, o ex-secretário não queria que a TVE fosse idealizada dentro daquele espírito criativo das equipes, que queria aproveitar a oportunidade para fazer algo mais pela educação". "E, quem sabe - arrisca Zenir - um dia a gente pudesse usar a televisão como um meio de mudança da educação".

Segundo ela, Salomão via a TVE apenas "como meio de promoção da própria Secretaria de Educação. O que naturalmente não concordávamos".

O ex-produtor de material de apoio da TVE, professor de matemática da UFSC, Orlando da Silva Filho, afirmou em abril deste ano que o Estado praticamente não aplicou nenhuma verba no projeto. "Disse que o dinheiro vinha todo de fora. Por isso acha que, quando era hora de o governo estadual liberar recursos, parece que o desinteressou tomou conta".

Todo o pessoal envolvido no Circuito Fechado parece inclinado a tocar no mesmo ponto: o problema não era falta de recursos.

Adalberto Vieira, o Beaco, ex-coordenador Técnico do projeto, disse que ainda tentou obter recursos financeiros em Brasília, pensando que o problema fosse falta de dinheiro. Contudo, afirmaria sem pestanejar que o "secretário na sua incompetência se desinteressou pelo Projeto".

A ex-Assessora Pedagógica do Circuito Fechado, Maria das Dores Daros de Amorim, foi mais taxativa: "Não se avaliou coisa

nenhuma, já que nem deu tempo para que a execução do projeto fosse melhor pensada". E dá outro dado importante para se entender o desca-so das políticas educacionais no País, da qual Santa Catarina não fo-ge a regra -"a TV Educativa não foi o único projeto que parou, uma vez que todos os projetos que faziam parte do Plano Setorial da Educa-ção (1973/1976) foram esquecidos".

E o veredito dos alunos contemplados pelo projeto pa-rece confirmar as palavras dos professores responsáveis pelo Circuito Fechado. Dizia Antônio Carlos, 17 anos, aluno da turma 120, da primei-ra série do Segundo Grau, em matéria do jornalista Aluizio Batista de Amorim, publicada no jornal "O Estado", em 12 de abril de 1976: "O pes-soal se liga muito mais na televisão".

Já Celso Lessa, da primeira série do Segundo Grau , afirmava -"a turma fica mais quieta. Dá mais tranquilidade para a gen-te captar a matéria".

E Maria Lúcia dos Anjos, 16 anos, também aluna da primeira série do 2º Grau, completava na mesma entrevista: "A gente trabalha mais e tudo se torna mais interessante".

Mas, apesar de todo o esforço, o projeto não andou . Zenir Koch completa: "Salomão Ribas assumiu a Secretaria da Educação' em 15 de março de 1975, e desde o início se mostrou cético em relação a Tevê Educativa". Em entrevista ao jornal "O Estado", em abril de 1976, Salomão ainda insistia em levantar suas dúvidas: "Acho que é uma experiência válida e interessante, mas que deve ser conduzida com muito cuidado e atenção (...). O sistema só será ampliado e se torna-rá mais abrangente após provado a sua eficiência". Definitivamente, Sa-lomão não se convenceu da eficiência da TVE. Depois de um ano de fun-cionamento, ao final de 76, optou por fechá-la, antes mesmo de qual-quer avaliação mais séria.

E o pessoal envolvido no projeto foi surpreendido, ao retornar de férias, com a descoberta de que a TVE não existia mais. ' "Um simples detalhe", segundo o ex-Secretário.

O fechamento da TV Educativa ganhou às ruas. O ex-Sa-cretário Salomão Ribas Júnior, teve que prestar conta em sessão espe-cial da Assembléia Legislativa em junho de 77, bastante concorrida . Ela durou mais de quatro horas. Salomão jamais pôde convencer aos seus interlocutores atentos, com seus frágeis argumentos.

Foi interpelado por vários parlamentares, entre eles o ex-deputado Manoel Carlos de Souza, do PMDB.

Em um extenso relatório, Manoel Carlos de Souza des

tacou que "o projeto tinha como objetivo principal a melhoria da qualidade do ensino no Estado e previa a abertura do canal após a experiência em Circuito Fechado". Segundo ele, houve "total desprezo dado à TVE pela Secretaria da Educação e a falta de apoio do IEE". "Apesar disso a equipe conseguiu cumprir as metas do projeto com a preocupação constante de inovar o ensino e impedir que se torne enfadonho. Infelizmente, às autoridades educacionais vêm-se preocupando exclusivamente com o custo/aluno, sem se preocupar com a melhoria da qualidade do ensino. Por isso pouco se investe em educação sem lembrar que o péssimo ensino com que deparamos atualmente, sai mais caro e custará muito mais à Nação do que qualquer sistema tecnológico que venha em benefício do aluno", destacou o deputado. Ele ainda completou: "A decisão do Exmo. Sr. Secretário da Educação, em fechar aquele órgão que estava apenas começando, deixou a equipe revoltada e insatisfeita, considerando-se ainda mais que se encontravam em férias coletivas. Ao retornarem ao serviço depararam com elementos estranhos ao mesmo e ao assunto de TV Educativa, sob coordenação do Sr. Walter Vieira, ex-diretor da Divisão de Finanças da Secretaria de Educação, completamente alheio à educação e especificamente à TV Educativa".

O parlamentar solicitou nesta sessão especial da Assembleia que fosse dada uma solução a grave situação de técnicos e pais de famílias especializados em TV Educativa marginalizados em Florianópolis. Seu apelo não encontrou ressonância nas autoridades ligadas ao setor. Muito menos sensibilizou ao Secretário em exercício.

E a TVE Canal 2 de Santa Catarina acabou esquecida na memória popular.

ABERTURA À INICIATIVA PRIVADA

Posições como essas adotadas pelo ex-Secretário da Educação, Salomão Ribas, podem significar o caminho aberto à iniciativa privada no campo educacional. Caso da Globo, que começou a palmar essa trajetória com relativa força.

Para ele, "sempre que possível, tudo que a iniciativa privada puder assumir e realizar com espírito comunitário, melhor". Referiu-se a conversa que manteve com homens das Organizações Globo de Televisão -durante a fase de implantação do Circuito Fechado de Televisão Educativa-, como Walter Clark, que segundo Salomão, "já andava imaginando fórmulas para colocar a Globo à disposição do MEC, para a implantação de programas de teleducação em escala nacional". Ou se

ja, o tão ambicionado Projeto Global de Teleducação.

Inclinado a não considerar o trabalho desenvolvido pela Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa - FUNTEVÊ, órgão subordinado ao MEC, criada em 1976, operando diretamente a TVE, Canal 2 no Rio de Janeiro, onde são produzidos programas educativos, Salomão reforça a sua tese, ao dizer que "o governo tem que diminuir muito sua área de influência neste setor. Procurando incentivar um certo pluralismo na área da Teleducação. E abandonar de lado as tevês educativas oficiais que só trazem prejuízos".

Não foi à toa que as Organizações Globo de Televisão conseguiram abocanhar enorme fatia do orçamento do MEC destinados a educação, com seus programas de teleducação.

É preciso que se faça um registro desse fato, para que fique claro a que interesses serve as políticas na área da educação no Brasil.

É importante salientar desde o início, o que chama a atenção a "Minuta do Relatório" Final do Grupo de Trabalho para Estudos da Instalação de uma Emissora Sonora em Onda Média para a Universidade Federal de Santa Catarina, elaborado em fins de 1979. No seu capítulo introdutório, página 4, o documento informa de que forma ocorre a intervenção da iniciativa privada -caso da Globo- na educação.

Diz o documento: "As emissoras exploradas comercialmente fazem da sua atividade econômica o fim, que tem na sua programação cultural um simples meio para o auferimento de lucro. Não há, portanto, observância dos princípios legais: a exploração comercial da radiodifusão -com raras exceções- acaba subordinando, de fato, as suas finalidades educativas e culturais".

O documento registra outro dado importante para a compreensão desse fenômeno. "Essas distorções são agravadas com a política de distribuição de frequência de rádio e canais de televisão que, beneficiando alguns grupos econômicos em detrimento de outros, aguçam a desproporção técnica entre as emissoras e estimulam a concentração do capital e da tecnologia". Continua: "Assim, ao invés de incentivar um equilíbrio técnico entre as emissoras, que garantisse uma disputa de audiência baseada na qualidade da programação, consagram-se as distorções que, embora permitam uma programação de alta qualidade por parte de algumas emissoras, nivela por baixo a programação da maioria restante, o que é particularmente grave na televisão".

Em outro trecho da "Minuta do Relatório" registra de forma bastante precisa que "as grandes distorções que comprometem a

radiodifusão brasileira tiveram como principal resposta oficial a criação do conceito de radiodifusão educativa -esta sim legalmente compelida a prestar um serviço educativo e cultural- que só expressa a difi-
culdade do poder público em orientar o serviço de radiodifusão para o interesse social". Diz ainda o documento no mesmo capítulo: "Flexível" às pressões dos empresários a legislação impediu que as emissoras educativas recorressem ao mercado publicitário que ficou reservado exclusivamente às emissoras privadas. A dicotomia institucionalizada entre uma radiodifusão educativa e uma radiodifusão comercial -teoricamente' com as mesmas obrigações legais no que se refere à educação e à cultura- constitui a legitimação dos abusos que se cometem contra o interesse social na execução desse serviço".

Por isso torna-se de fundamental importância se conhecer o pensamento de alguns empresários da comunicação, para que se possa avaliar o que se esconde por trás desse interesse em investir em teleducação.

Do pensamento do homem forte das Organizações Globo, Roberto Marinho sobre educação, é conhecido um discurso que ele proferiu na Escola Superior de Guerra(ESG), em 24 de junho de 81, segundo matéria publicada pela "Folha de São Paulo". Dizia ele: "Já se tornou costumeiro, para os que se preocupam em analisar o sistema de ensino brasileiro, afirmar que a situação é difícil, para não dizer crítica. Os diagnósticos podem divergir quanto à especificidade das causas, mas há unanimidade, ao que tudo indica, para reconhecer a gravidade do problema e a urgência em indicar soluções e abrir novos caminhos (...)" .

E prossegue: "As atividades da Fundação (refere-se a Fundação Roberto Marinho, ver quadro nas páginas 31 a 35), tiveram início em novembro de 77, com programas específicos para a área cultural, dando ênfase à necessidade de preservação de nosso patrimônio artístico e histórico. Mas, preocupada com as carências educacionais do País, a Fundação decidiu empregar parte dos recursos de que dispunha para o atendimento do que lhe parecia, e parece ainda, ser tarefa urgente e de grande valia para o desenvolvimento sócio-cultural de nossa pátria".

Mas o discurso proferido na ESG por Roberto Marinho, segundo a "Folha", foi precedido de outro também sobre teleducação, proferido pelo Reitor da Universidade de Brasília, José Carlos Azevedo, responsável pela obtenção do empréstimo a fundo perdido junto ao BID, para a Globo investir neste campo. Azevedo defende a necessidade de comprometer a iniciativa privada também num programa de produção educacionais via tevê para todo o País. "Nós estamos justamente procura

do mostrar que a iniciativa privada tem uma contribuição insubstituível a dar em prol da educação no país", afirmava ao Jornal do Brasil, em 4 de abril desse ano.

Responsável por uma articulação do pensamento da direita no Brasil -Azevedo é qualificado pelo ex-Ministro da Educação, Eduardo Portella, como um "capitão-de-coveta guindado à reitoria da UnB no auge da repressão cultural". O parceiro de Roberto Marinho tem um sonho particular uma universidade aberta "onde as obras primas do pensamento reacionário mundial penetrem mansamente na cabeça de multidões de alunos, postos com um olho no vídeo e outro nos fascículos", segundo escreve o professor carioca, Nilson Lage.

Em edição de abril desse ano, o semanário "O Pasquim", revela que "a educação é o campo escolhido por Roberto Marinho e pelos interesses que representa, para dominarem a consciência nacional, pelo ensino, difundido a milhões de pessoas em todo o País, impondo seus padrões a toda uma população".

"O maior sonho da TV Globo -segundo o professor Nilson Lage- é transformar o Brasil num grande auditório e tudo mais -o esporte, o carnaval, a política, a economia, o canto e o protesto- em novas atrações, bem iluminadas, bem enquadradas e obedientes à determinação que proíbe qualquer invasão inoportuna do horário das novelas. Trata-se de um sonho que está muito próximo de se realizar, agora que a organização se prepara para empolgar o monopólio da teleeducação no País".

Ainda num artigo publicado na mesma edição do Pasquim, Nilson Lage, que também é coordenador do Curso de pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, declara que o "DR" Roberto Marinho e seus homens de confiança "executam um projeto de poder".

Denuncia também que com recursos do MEC, a Globo produziu o Telecurso 1º Grau, introduzindo nas aulas e fascículos a modernidade na instituição do merchandising -isto é, segundo Lage, "a velha matéria-paga disfarçada em versão eletrônica".

E arremata: "Como sempre, com dinheiro do governo e empréstimos internacionais a fundo perdido".

Segundo o Pasquim, em matéria sobre o mesmo assunto, a "invasão" de Roberto Marinho à área da educação, envolve por último questões de soberania nacional. A Globo é hoje um poder "paralelo, que não conhece fronteiras".

Não é por acaso, diz a matéria do Pasquim, que o Ser

viço Nacional de Informações (SNI) recebeu recentemente um relatório ' preparado "por pessoas interessadas no problema".

O documento, entre outras observações, acusa a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) de haver obtido junto ao BID o empréstimo a fundo perdido de 5 milhões de dólares pedido pelas duas Fundações - a Fundação Roberto Marinho e Fundação Universidade de Brasília- para viabilizar o Projeto Global de Teleducação. O empréstimo, segundo o documento do SNI, está embutido num pacote de 20 milhões de dólares solicitado pela Secretaria de Planejamento no início deste ano.

A aprovação oficial do Projeto Global de Teleducação, uma decisão tomada em janeiro pela ministra da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz -que por "coincidência" é conselheira da Fundação Roberto Marinho (FRM)-, gerou muita insatisfação em diversos escalões do MEC. "Isso representará a marginalização de todos os programas oficiais de teleducação brasileira, via monopolização por uma entidade privada do futuro satélite doméstico nacional", diziam fontes do MEC.

O relatório entregue ao SNI, ao fazer uma apreciação geral e utilmente ideológica do projeto, afirma que a "análise dos objetivos gerais do Projeto Global de Teleducação demonstra de forma inequívoca, não só a superposição de ações e competências a serem desenvolvidas pela Fundação Roberto Marinho e Universidade de Brasília com aquelas inerentes à Fundação Centro Brasileira de TV Educativa/MEC, mas também colidem com as normas preconizadas na legislação vigente".

"Então, por que a TV Globo passa por ser uma emissora oficial?", indaga o professor Nilson Lage, para responder: "Porque lhe convém". "Vinculando-se ao Governo Federal, a Globo termina dando aos governantes suas próprias cores e, além do mais, silencia os órgãos do Poder Público que poderiam resistir a seus avanços", diz o professor da Universidade do Rio de Janeiro.

"Na verdade" -diz Nilson Lage, "Brasília e Jardim Botânico são duas capitais e a Vênus Platinada uma competidora do Palácio do Planalto. Suas relações com os funcionários do regime de Brasília têm o rigor dos trânsitos diplomáticos".

E, conclui: "Por de trás dele estão as grandes empresas multinacionais, os acordos técnicos com American Broadcasting Corporation (ABC), o Know how da Time para a TV por cabo. Nas suas mãos, uma das maiores concentrações de equipamento eletrônico de produção do mundo. À sua frente, o desafio de um povo por conquistar e demar".

A GLOBO DETÉM MAIOR FATIA DO BOLO DA TELEDUCAÇÃO.

Importante destacar que as Organizações Globo de Televisão não receberam somente apoio, diga-se de passagem vantajosos para seus interesses, somente junto ao governo federal. Também foi favorecida enormemente junto aos governos estaduais pelos banqueiros.

O semanário "O Pasquim", mais uma vez, em sua edição de 29 de junho de 83, sob o título "O Maior Assaltante de Bancos do Brasil", denunciou as operações financeiras efetuadas entre a Globo e o Banco Estadual do Rio de Janeiro (BANERJ), no governo Chagas Freitas.

Diz a matéria: "Em duas operações distintas, o grupo do Sr. Roberto Marinho levantou no BANERJ, a juros de 2% ao mês, a importância de 449 milhões e 500 mil cruzeiros que corresponde hoje só pela correção monetária - a cerca de 3 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. "A diferença entre os 2% mensais pagos ao BANERJ e os 6% médios que rendeu o dinheiro depositado em outro banco, deu um lucro líquido equivalente a 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros, isto é, 3 milhões e 500 mil dólares. Segundo o PASQUIM, "o grupo do Sr. Roberto Marinho ganhou toda essa fortuna sem o investimento de um tostão, sem risco algum ou qualquer outro trabalho a não ser o de assinar os referidos contratos". "Tudo isso foi possível graças à conivência das próprias 'vítimas': a direção do BANERJ na época - dias 28 de fevereiro a 29 de maio de 80 - sob a presidência do Sr. José Luiz de Magalhães Lima, e do Sr. Chagas Freitas, então Governador do Estado, que nomeou todos os diretores do banco", encerra a matéria do Pasquim.

Assim, torna-se simples explicar como a Globo pôde atacar com tanta voracidade um importante setor da vida da Nação: a educação.

Como relatamos a seguir.

A Fundação Roberto Marinho, entidade de direito privado ligada às Organizações Globo, surgiu em 1977 e começou a disputar espaço na teleducação no ano seguinte, com o Telecurso 2º Grau, em convênio com a Fundação Padre Anchieta, da TV Cultura de São Paulo, ligada à Secretaria Estadual de Educação.

Em 1979, a Fundação Roberto Marinho apresentou ao MEC o Projeto Supletivo Primeiro Grau, aproveitando sua experiência com o Telecurso 2º Grau.

O projeto previa, segundo noticiou o Jornal do Brasil, em 3/4/83, "a instalação de uma verdadeira empresa com 243 servi-

dores", e segundo definiu um parecer do MEC assinado pelos funcionários Myrian Cunha, Mayrene Pereira, Umberto Bragaglia, Samuel da Silva, Cláudia Pereira, Sônia Reiner e Domingos Ribeiro. Custaria 366 milhões de cruzeiros.

A comissão ponderou que o custo do projeto era alto, duas vezes superior ao orçamento da Secretaria do Ensino de Primeiro e Segundo Graus (SEPS) previsto para 80, no valor de 174 milhões de cruzeiros. Mesmo no ano seguinte, os recursos da SEPS não passaria de 212 milhões de cruzeiros.

Além disso, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa desenvolviam "PROJETO CONQUISTA", iniciativa pioneira desde 1975. Para 80, esse mesmo projeto, destinado ao mesmo público do Supletivo de Primeiro Grau proposto pela Fundação Roberto Marinho, teria uma verba de 27 milhões. Seus alunos receberiam o material impresso gratuitamente, editado pela Fundação Nacional de Material Escolar - FENAME.

Ainda segundo matéria do Jornal do Brasil, "a aprovação do Supletivo de Primeiro Grau acarretaria duplicidade de ações para um mesmo fim".

Na conclusão de seu parecer, a comissão, segundo foi divulgado pela imprensa, observou - "será conveniente se destacar também que não se estará contratando os serviços de uma firma já existente. Se realizado o contrato, o MEC estará financiando a montagem de uma empresa para, no prazo de 25 meses, realizar um trabalho para a Fundação Roberto Marinho, pois segundo a minuta do convênio, todo o produto dessa atividade reverterá para aquela fundação ao término ou denúncia do contrato".

Sem apoio no MEC, a Fundação Roberto Marinho buscou outro caminho para viabilizar seu projeto. Em abril de 1980, firmou convênio com a Fundação Universidade de Brasília, para acompanhamento e avaliação pedagógica do projeto. A Fundação Roberto Marinho detinha todos os direitos sobre produção, emissão e comercialização. Poderia, também, a seu "critério", fixar o preço de capa do material impresso - fascículos quinzenais com encarte, para um público-alvo estimado na época em 800 mil alunos.

Pelo convênio, segundo divulgou ainda o JB em abril de 83, "as duas fundações poderiam firmar acordos com instituições internacionais voltadas para o setor de educação; definir programas de teleeducação para as faixas carentes em todos os níveis, "em especial "

a Universidade Aberta; e, finalmente, poderiam criar um centro de produção educativos, ampliando seus projetos no setor. Para execução do Supletivo de Primeiro Grau, a Fundação Universidade de Brasília obrigou-se a repassar à Fundação Roberto Marinho 50 milhões de cruzeiros - a título de adiantamento".

Três meses depois -em junho de 80- o MEC assinava um acordo de "Cooperação e amparo técnico e financeiro" (legalmente não podia ser convênio com a Fundação Roberto Marinho, para execução do Supletivo de Primeiro Grau). O que representou na morte do Projeto Conquista.

"Para nós foi um choque" -afirmava Gonzaga Vasconcelos, coordenador do Projeto Conquista, ao JB.

Também ao Jornal do Brasil, falou o escritor Reynal de Valinho, coordenador do Programa Nacional de Teleeducação-Prontel - "nós já recebemos a ordem de ajudar a Fundação no que fosse possível". Mesmo trabalhando no Rio, Valinho soube de pressões contra o MEC para aprovação do Supletivo de Primeiro Grau. Quando o ministro Eduardo Portella caiu, em novembro de 80, Valinho imaginou que as coisas iam mudar.

Em entrevista, a época, o ex-Ministro Eduardo Portella admitia que realmente foi obrigado a ceder:

"-A Fundação Roberto Marinho, com apoio de uma Universidade muito forte como a Universidade de Brasília (UnB), conseguiu dinheiro na Seplan. A coisa chegou a mim como uma decisão de Governo. Não podia resistir. Eu já tinha sido contrário ao projeto, por motivos técnicos. O Supletivo de Primeiro Grau seguia o modelo da Universidade Aberta, criticado até no seu País de origem, a Inglaterra. Disse também que o orçamento do MEC estava sangrando, tínhamos outras prioridades. Mas, o Ministério do Planejamento liberou recursos. Se eu fosse contra novamente, iam imaginar que se tratava de um problema pessoal. Ficaria mais enfraquecido, talvez precipitasse certo desenlace. Foi um milagre eu ficar dois anos no Ministério. Então aceitei, fiz o acordo com a Fundação Roberto Marinho".

Pelo acordo, o MEC repassou à Fundação Roberto Marinho, em 80, duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros, em dez parcelas. Os direitos autorais relativos aos textos, aos programas-aula de televisão, aos materiais impressos e aos textos básicos das rádio-aulas pertencerão à Fundação durante e após a vigência deste acordo", estabeleceu a nona cláusula. O MEC não tinha direito sequer de avaliar

o desenvolvimento do projeto.

Em março de 1961, o Supletivo de Primeiro Grau -Tele curso Primeiro Grau- era lançado ao ar. Atualmente, ele é transmitido em todos os Estados do País, pela Rede Globo de Televisão, suas emissoras afiliadas, TVs Educativas e universitárias e emissoras independentes, num total de 59 emissoras. Como o Telecurso 2º Grau, transmitido pela mesma rede, as aulas do Supletivo de Primeiro Grau tem 15 minutos de duração. Vão ao ar diariamente, menos aos domingos, em diferentes horários. No rádio, o Supletivo de Primeiro Grau chega aos receptores através de 800 emissoras, sempre às oito da noite.

A FALTA DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE TELEDUCAÇÃO

Voltando a questão do fechamento da TVE de Santa Catarina, é importante destacar que em função de um acordo MEC/USAID - o governo do Estado através da Secretaria da Educação fez introduzir no seu Plano Educacional, projetos tecnológicos, caso da TV Educativa.

Sob a intervenção da USAID, no Brasil, assim se referiu o professor José Nilo Tavares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao comentar sobre a "Educação e Imperialismo no Brasil", publicada pela revista quadrimestral de ciências da educação, Educação e Sociedade, de setembro de 80: "Os programas de assistência técnica e financeira norte-americanos surgiram praticamente depois da Segunda Guerra Mundial, quando o imperialismo viu-se seriamente ameaçado sem seus privilégios de controle de amplas áreas subdesenvolvidas; a finalidade econômico-política desses programas constitui a sua essência, que reflete o desejo imperialista de embair a opinião pública dos países subdesenvolvidos com pretensões ideais de 'ajuda e assistência', as quais no entanto, fazem-se sob certas condições que aumentam a espoliação econômica e intensificam a alienação política". Além da intervenção norte-americana no setor educacional brasileiro, existe outra barreira a ser enfrentada, que diz respeito a concepção de educação no contexto da sociedade como um todo.

A professora Raquel Pereira Chainho Gandini, da Universidade de Campinas, em seu artigo intitulado "Industrialização e Educação; Educação: Mercadoria", também publicada pela revista "Educação e Sociedade", destaca que "o desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil passou a dar uma importância menor a escola, principalmente em relação aos níveis primário e secundário, inversamente à

valorização do ensino superior". "Embora nosso apoio para tal afirmação seja a base econômica na qual a industrialização tem ocorrido, adiantamos que tal desprestígio da escolarização está mais ligada à fragilidade política do povo, e à sua contrapartida, a força repressiva do Estado, do que à ausência de recursos oficiais para serem aplicados ao setor. Simplificando, diríamos que para o nosso tipo de industrialização funcionar, ou mesmo o 'sistema', como um todo, não há necessidade de escolarização em massa. Fazer a escola funcionar seria resultado da pressão dos trabalhadores e não 'doação dos donos do poder', que teriam atingido a 'idade da razão' e compreendido a importância da escola", diz a estudiosa.

Essas colocações podem explicar, por exemplo, porque foram assumidas certas posições em relação a televisão educativa por parte do ex-Secretário Salomão Ribas, na sua tentativa frustrada em querer explicar através de justificativas obscuras, algumas delas premeditadas, as reais intenções que movem os tecnocratas do setor educacional brasileiro, de qual em Santa Catarina, a TVE foi vítima.

Mas é importante destacar, ainda, outra colocação da professora Raquel Pereira, sobre o ensino brasileiro, que fornece outro subsídio importante sobre a falência e o fracasso de tentativas de inovações visando a melhoria da qualidade do ensino.

Diz Raquel: "A educação, ou mais propriamente, a escolarização, vem se configurando cada vez mais uma mercadoria". "Isto significa que, dada a pouca resistência encontrada por parte dos interessados, e dado o alto teor de repressão empregado, o sistema escolar tomou o mesmo rumo de outras esferas da vida social, como saúde, habitação e alimentação". Uma mercadoria cujo consumo está restrito às camadas mais privilegiadas e cuja oferta também é dirigida a essas mesmas camadas - "tal fato é reconhecido, com menos 'pruridos morais', por técnicos do governo, como por exemplo Cláudio de Moura Castro, que já escrevia em 72, em Simpósio da SPDC", diz ela. "Do mesmo modo que se dá com livros de filosofia e orquestras sinfônicas, educação custa dinheiro e compromete recursos econômicos", enfatiza a professora da Universidade Estadual de Campinas.

Ela fornece outro ingrediente importante: "Este fenômeno também está relacionado ao regime político sob o qual tem se tornado possível este tipo de industrialização: a forte predominância do poder executivo em detrimento do legislativo e judiciário (regime também conhecido por ditadura), onde as liberdades políticas são restri-

tas e, apesar da chamada abertura, os dirigentes não sofrem qualquer tipo de pressão em seu trabalho", conclui.

Voltando a questão da televisão, mais propriamente da televisão educativa, é importante relembrar a colocação do ex-Secretário da Educação, Salomão Ribas Júnior, para que se entenda o papel a ela reservada dentro do contexto da realidade brasileira, acima exposto.

Segundo ele, "a televisão é alienante, mas ela em si, o meio, não é. A sua programação pode ser até que seja".

E prossegue: "Quem deseja a construção de um mundo de idéias e que tem uma visão crítica da sociedade, e do meio em que vive permanentemente, sempre teve dificuldades com a grande massa, que por definição é despreocupada com os questionamentos sobre si mesmo e sobre a realidade em que vive". A alienação, por isso, é atribuída a uma incapacidade congênita da população, com o deputado pedessista concluindo que, quando "não havia televisão, essa alienação também existia. Hoje, com a televisão, a alienação também existe do mesmo jeito".

E completa sua linha de raciocínio com uma indagação: "Afim, o que é melhor: ter uma TV alienante ou não ter nenhuma?". Portanto, só admitindo uma única via: deixar tudo como está nas mãos da iniciativa privada. Ou de políticas oficiais do governo mais ou menos orientadas para esse campo.

O professor Wilson A. Aguiar fornece um indicador que explica a colocação do ex-Secretário catarinense. Segundo ele, "é conhecida, e até certo ponto aceita como correta a lentidão com que ocorrem mudanças nos sistemas educacionais. No caso brasileiro, entretanto, um único fator visível ou invisivelmente, que se tem oposto à adoção oficial da tevê nas nossas escolas, como elemento comprovadamente capaz de superar dificuldades que nos assobram, é o temor do real potencial do meio".

Contudo, ele mesmo alerta para o fato de que "não é demasiado repetir: a televisão não é uma panacéia. Ela não faz tudo no campo da educação, nem em qualquer outro. E continuará a ser um meio que, pelas suas peculiaridades, acelera o processo de aprendizado e facilita a solução dos problemas gerados pela explosão da população em idade escolar e da falta de bons professores". Para Wilson Aguiar, sem o professor que deve pesquisar e definir a melhor teledidática a ser seguida, sem o professor que deve pesquisar, realizar estudos, elaborar currículo próprio, perfeitamente harmonizado com o meio de comunicação!

a ser utilizado e com a audiência a que se destina; sem o profissional de televisão que deve traduzir a mensagem à linguagem televisiva, dando-lhe vida e penetração; sem o engenheiro eletrônico, que deve manter o equipamento sempre apto a captar e a transmitir as mensagens, poderemos, melancolicamente, considerar a TV Educativa como mais uma tentativa fracassada a enriquecer à incontável experiência nacional".

E é preciso que fique bem claro, segundo esclarece a "Minuta do Relatório" final do Grupo de Trabalho para estudos da instalação de uma emissora de radiodifusão sonora para a UFSC, que "há evidente pressão da iniciativa privada contra qualquer esforço de fortalecimento da rede pública de emissoras. Há menos de dois anos, a orientação adotada pelo presidente da Radiobrás, coronel Pedro Paulo Vandec de Leoni Ramos, no sentido de colocar as emissoras oficiais do Rio de Janeiro em disputa de audiência com as emissoras privadas, provocou um 'cerrado ataque da iniciativa que redundou na sua exoneração". Diz ainda o mesmo relatório: "esta pressão da iniciativa privada está estimulando uma tendência de eliminação da capacidade de concorrência das emissoras públicas que se manifesta nos anteprojetos do novo Código Brasileiro de Telecomunicações que surgiram no âmbito do Ministério das Comunicações". Completa o documento: "Nesses anteprojetos, enquanto as emissoras privadas sofrem restrições apenas quanto à forma jurídica de constituição das empresas, as entidades públicas sofrem restrições quanto à forma de exploração". Mas em relação as televisões educativas é necessário ter em mente, como afirma o professor Wilson A. Aguiar, que o "importante é que na educação a televisão seja usada como um meio de instruir e não encarar a televisão como mero agente multiplicador de aulas; o importante é não encarar a televisão como um simples substituto do professor, como se fosse uma extensão do ensino tradicional, mas como um meio vivo de transferir conhecimentos com a sua linguagem própria, com o seu próprio apelo psicológico e emocional capaz de vencer barreiras mentais e de transcender personalidades". "Os seus efeitos na audiência, se aplicada com critérios, podem ser medidos em termos de nível de aprendizado, através de avaliações periódicas, segundo o método que se adote".

Poderíamos, portanto, concluir toda essa discussão em torno do fechamento da TVE Catarinense, lembrando o que afirma com propriedade, a "Minuta do Relatório" preparado pelo grupo de estudo para a implantação de uma emissora de rádio para a UFSC, dizendo que desde há muito discute-se no País a utilização, com finalidades educati

vas, de modernas tecnologias de comunicação, especialmente a do rádio e da televisão. Mas a "utilização caótica dos recursos disponíveis; o relativo isolamento das iniciativas regionais -caso de Santa Catarina- e locais das diversas entidades que se dedicam a atividade de teleducação, a falta de recursos humanos, técnicos e financeiros, são algumas das condições de um balanço do esforço passado e presente da teleducação brasileira". Conclui o mesmo documento: "é a inexistência de um projeto global para a radiodifusão brasileira que deve ser creditado o relativo fracasso da experiência da radiodifusão educativa".

O somatório de todos esses aspectos levantados -em se tratando de TVE Catarinense-, além de posições meramente pessoais assumidas pelas autoridades educacionais do Estado, contribuiu sobremaneira para o fechamento da Televisão Educativa Canal 2.